

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: Matérias que citam o ministro Fernando Coelho Filho ou o MME:

O Estado de S. Paulo

Título: Estrangeiro pode ter cota na privatização da Eletrobrás 8

Título: Nos rincões do Brasil, o apagão do Luz para Todos 8

Correio Braziliense

Título: R\$ 2 milhões para festa na Esplanada 14

Sumário

VEÍCULO: O Globo 2

Título: Medidas do governo ‘estimulam o desmatador’ 2

Título: Nem 8, nem 80..... 5

Título: Rio x Temer 6

Título: A floresta do amanhã..... 6

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo 8

Título: Estrangeiro pode ter cota na privatização da Eletrobrás 8

Título: Nos rincões do Brasil, o apagão do Luz para Todos 8

Título: O avanço da privatização 12

Título: Com venda de ativos, Vale e Petrobrás são destaque	13
VEÍCULO: Correio Braziliense	14
Título: R\$ 2 milhões para festa na Esplanada	14
VEÍCULO: Valor Econômico	15
Título: Europeus e chineses mostram interesse pelo setor elétrico	15
Título: Destaques	17
Título: Petrobras inicia venda da Braskem até o fim do ano	18
Título: Privatizações são mais que ajuste fiscal	20
Título: Curtas	22
Título: Empresas estatais vão ter ranking de governança	23

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Gabriel Cariello

Título: Medidas do governo ‘estimulam o desmatador’

ENTREVISTA Daniel Azeredo

Procurador com atuação na área ambiental alerta: legislação é flexibilizada desde 2010, e o simples debate sobre a redução de áreas protegidas provoca corrida pelo desmatamento. ‘É preciso interromper qualquer discussão’

Responsável pelo acordo que obrigou frigoríficos a fiscalizar pecuaristas e estabeleceu uma série de exigências para a criação de gado — apontado como um fator que permitiu redução de áreas desmatadas na Amazônia Legal nos últimos anos —, o procurador da República Daniel Azeredo diz que a especulação sobre terras na Amazônia, como o anúncio do fim da Reserva

Nacional de Cobre e seus Associados (Renca), é um convite à destruição da floresta.

Qual é o cenário atual da proteção da Amazônia?

Temos, desde 2010, um desmonte completo de qualquer política para a Amazônia. Tivemos, no período anterior, a criação e a expansão de unidades de conservação, a demarcação de terras indígenas, quilombolas, populações tradicionais, e tudo isso ajuda a proteção da floresta. Houve um desmantelamento e, em 2016, uma redução muito forte no orçamento do Ibama para combater o desmatamento. Paradoxalmente, a gente teve, de 2009 para cá, os menores índices de desmatamento da História (em função do acordo de fiscalização). Saímos de um número superior a 13 mil km² em 2008. Em 2009, pela primeira vez, ficou abaixo dos 10 mil km². Em 2012, ficou abaixo de 5 mil km², que era um número extraordinário. O que o MPF (Ministério Público Federal) alertou desde 2012 é que só o “TAC (Termo de Ajustamento de Conduta) da Carne” (que obrigou frigoríficos a fiscalizar pecuaristas) não seria suficiente, fosse para continuar a queda, fosse para manter aquele patamar alcançado. Porque o risco de recaída é muito grande. E isso ocorreu: o que a gente vê de 2013 até 2016 é aumento sucessivo no desmatamento.

A flexibilização da legislação ambiental está se aprofundando?

Continua desde 2010. O movimento tem duas frentes. A primeira é não aprovar novas medidas de proteção ambiental. Há um freio na criação de dispositivos para a região. E, por outro lado, você tem um enfraquecimento (da legislação). O novo Código Florestal foi um golpe forte. O governo atual já enviou projetos de redução de unidades de conservação na região. Tem o ato de extinção da Renca, que traz uma fragilidade enorme. Tem a discussão sobre a fragilização do procedimento de licenciamento. Tem Belo Monte, que causou um desmatamento indireto. Então, de um lado há um instrumento forte e eficaz, que é o “TAC da Carne”, mas, de outro lado, há uma série de ações do governo federal desde 2010 enfraquecendo a proteção como um todo da região.

Quais medidas poderiam segurar este retrocesso?

Primeiro, interromper qualquer discussão de diminuição de área protegida na Amazônia. Isso gera um efeito especulativo muito grande, porque estimula o desmatador. Todos que cometeram crime de desmatamento e grilagem de terra pública são beneficiados pelas medidas de redução. Toda vez que se tem a simples discussão, a simples expectativa de que uma área protegida vai ser diminuída, tem uma corrida pelo desmatamento. É o pensamento de que precisa desmatar logo para virar dono daquela área, porque o governo vai finalizar com uma regularização.

Com a informação sobre o fim da Renca, pode haver uma corrida pelo desmatamento?

Basta a simples comunicação. Temos estudos que mostram que quando você sinaliza que pretende reduzir a unidade de conservação, o desmatamento cresce. (A Floresta Nacional de) Jamanxin é exemplo disso. Durante anos, líderes políticos sinalizaram com a possibilidade de redução, e a população envolvida nunca respeitou a unidade de conservação, o que fez com que ela fosse uma das áreas mais desmatadas da região da Amazônia.

Há outras medidas em discussão que podem favorecer o desmatamento?

A aprovação da lei geral de licenciamento facilita muito (o desmatamento). Depois do acidente de Mariana, a gente deveria estar discutindo medidas para fortalecer o licenciamento, e o que é visto na prática é o contrário: projetos apresentados até agora nas comissões da Câmara dos Deputados fragilizam muito a proteção ambiental e aumentam o risco de novos acidentes. A gente também tem discussões sobre flexibilização do controle de agrotóxicos. Os números do Brasil já são preocupantes no campo do consumo (dos cidadãos).

A flexibilização da legislação ambiental contribui ou não para o aumento da violência?

Não é por acaso o que tem ocorrido no estado do Pará, as chacinas. Quando (o governo) sinaliza com medidas de fragilização da proteção ambiental — e geralmente a proteção ambiental está ligada às populações tradicionais, ribeirinhas, que vivem em harmonia com a floresta —, gera corrida pela especulação, porque tem grileiros, tem criminosos com a expectativa de que a área vai ser legalizada. Então eles avançam de maneira mais forte sobre onde tem madeira, onde tem floresta, com o objetivo de ocupar, desmatar e depois serem efetivados como proprietários.

Que outras medidas precisam ser tomadas para manter a proteção de áreas verdes?

Precisamos ter uma declaração de inconstitucionalidade da Medida Provisória 759, que permite a regularização de áreas griladas no país, inclusive na Amazônia. Precisamos voltar a ter titulação de áreas onde temos população tradicionais. Vários estudos mostram que as áreas ocupadas por essas pessoas permanecem protegidas. Precisamos criar novas unidades de conservação. Também é necessário investir em produtividade: é possível duplicar a produção de grãos na Amazônia sem avançar sobre a floresta. Já há tecnologia para isso, basta investimento e incentivo público e privado para que a expansão da produção na região não seja feita sobre a floresta. E precisamos avançar na

transparência sobre a origem da carne e na produção de grãos. Precisamos tirar do mercado aquilo que é produzido com desmatamento.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Colunas

Autor: George Vidor

Título: Nem 8, nem 80

Este mês começam as rodadas de licitações de blocos para exploração e produção de petróleo, que deverão dar novo ânimo ao setor. Os tempos de euforia passaram, pois nem um míssil norte-coreano sobrevoando território saudita será capaz de elevar novamente o preço do barril para a faixa de US\$ 100. É provável que o petróleo encontre um ponto de equilíbrio em torno de US\$ 65 no futuro, mas em um horizonte ainda imprevisível. Então, o setor terá de se contentar com US\$ 50 e lambar os beiços. Nesse cenário, políticas públicas de atração de investimentos têm sido revistas. O Brasil fez isso, desobrigando a Petrobras de cumprir um monte de maluquices dos governos Lula e Dilma. A estatal jamais perderá a posição de força motriz da indústria do petróleo no Brasil. Pelo acervo que acumulou e pela capacidade de abrir novas frentes. Porém, é mais do que saudável que se multipliquem os atores nesse cenário, para o bem de todos, inclusive da Petrobras, pois a competição é estimulante, alimenta a inovação e obriga quem está na dianteira a melhorar. O petróleo é uma matéria-prima que, em estado bruto, não serve para nada. Processado, tem infinitas aplicações, Até mesmo sob a forma de medicamentos.

A exploração de hidrocarbonetos em águas ultraprofundas, e a cinco mil metros abaixo do fundo do mar, como é o caso do Brasil, é um desafio que envolve não apenas empresas especializadas, mas até mesmo quem se ocupa da logística (cama e mesa) de quem fica nas plataformas. Tirar proveito disso faz parte de políticas públicas, seja aqui ou na Noruega. Por isso, instituíram-se exigências de conteúdo local na contratação de serviços e equipamentos para as operadoras de campos de petróleo no Brasil. Mas os exageros chegaram a inviabilizar investimentos, daí ter sido necessária uma revisão das normas que vigoravam no país. Podiam ser toleradas em um contexto de barril a US\$ 100, mas não a US\$ 50. A revisão simplificou essas normas, que antes se preocupavam até com os parafusos utilizados. A política anterior era uma espécie de “me engana que eu gosto”. Não foram poucos os fracassos e frustrações, mas há também muitos casos de sucesso.

A Techint entregará a P-76 (construída e montada no Paraná, em um canteiro em frente à paradisíaca Ilha do Mel) em 2018, dentro do prazo. O índice de conteúdo local contratado era de 65%, e chegará a de fato a 82% na construção e a 94% na integração de módulos. A indústria como um todo não foi tão bem

na construção dos cascos das plataformas, mas na fabricação e integração de módulos (que envolve mais inteligência que trabalho braçal) os resultados foram animadores. A P-76 vai para campos que a Petrobras recebeu do governo em cessão onerosa na Bacia de Santos. Outras duas seriam construídas aqui, mas foram para a China. A Petrobras agora não contrata mais diretamente novas plataformas. Elas são afretadas de terceiros, que se responsabilizam pela construção. Isso, de fato, deve baratear os equipamentos para a empresa. Para acompanhar as construções, a Petrobras costuma mandar uma legião de funcionários fiscalizá-las, e ainda assim deu no que deu.

Em outras companhias, são duas dezenas de fiscais. Como o momento é de consertar as aberrações, pode haver equívocos. Recentemente, a Petrobras pediu orçamento a uma companhia, instalada em Niterói, para fornecer correntes de aço usadas na ancoragem de plataformas. Exigia que, na fabricação, o aço fosse brasileiro. Pediu simultaneamente cotação a uma empresa chinesa, sem exigências. Esta conseguiu oferecer um valor 10% menor. Só que, sem exigências, a empresa brasileira poderia fornecer por 15% menos. Virou uma confusão, pois como a Petrobras é dependente de financiamentos chineses, indiretamente está se obrigando a contratar lá. O que acontecerá com a brasileira? Fechará o canteiro, provavelmente dispensando 200 pessoas treinadas e gabaritadas. A solução para isso é bom senso, nada mais.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Rio / colunas

Autor: Ancelmo Gois

Título: Rio x Temer

A PGE-RJ foi, semana passada, ao STF contra o decreto de Temer que muda critérios de cotação do preço do petróleo (e royalties), mas só os coloca em prática daqui a quatro anos. A PGE alega que a decisão de Temer “usurpa a competência da ANP” e fará o Rio deixar de receber R\$ 3,2 bilhões até 2022. O caso está com o ministro Fux.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Opinião

Autor: Sérgio Rial

Título: A floresta do amanhã

Qual modelo de desenvolvimento queremos para a Amazônia? Não adianta fugir da pergunta. A exploração do mais importante bioma florestal do planeta está acontecendo agora. É a inexorável marcha do progresso — uma palavra que comporta as mais variadas definições, para o bem e para o mal. O desafio é

proporcional ao gigantismo do ecossistema. Mas traz oportunidade fantástica de construção social. Temos que colocar à mesma mesa os setores público e privado, ruralistas e ambientalistas, bancos e empreiteiras, índios e madeireiros. Somente juntos criaremos um novo paradigma de desenvolvimento e governança. A discussão que interessa leva em conta não só o desenvolvimento econômico e social — tão necessários na região —, mas também um novo padrão de produção e consumo. Um modelo capaz de conciliar a conservação da natureza e o fortalecimento da cultura dos povos tradicionais com o uso dos recursos naturais de forma inteligente e em benefício de todos. O que nos conduz a novos questionamentos: esse modelo existe?

É possível explorar a riqueza da fauna e da flora amazônicas sem prejudicar a biodiversidade? Dá para aproveitar o potencial hidrelétrico, extrair recursos minerais, criar caminhos para a produção de grãos do Centro-Oeste, tudo isso favorecendo o bem-estar das populações e sem desequilibrar o delicado mecanismo de regulação global do clima, que depende da gigantesca movimentação de ar úmido da floresta? A Amazônia sofreu muito enquanto era vista como fronteira a ser conquistada, e se justificava o extrativismo predatório pelo mito do vazio demográfico. Tampouco avançamos quando a chamamos de pulmão intocável do mundo, numa visão que condenaria parte do país à estagnação. Hoje, ainda oscilamos entre esses dois polos, em cenário que não beneficia ninguém.

Teremos que ser ousados para incluir o capital natural amazônico em uma equação de ganha-ganha. Inovação, pesquisa, ciência e tecnologia são temas de partida para a criação de novos modelos de negócios, dentro de uma agenda produtiva e responsável. Iniciaremos esse diálogo construtivo em um evento amanhã, não por acaso o Dia da Amazônia, no Museu do Amanhã. Quando o debate vem de um banco, em seu papel de fiador e financiador dos grandes projetos de infraestrutura que empolgam e preocupam a sociedade, aliado a uma organização global que tem a missão da conservação ambiental, o resultado é uma força agregadora que não pode ser desprezada.

Acreditamos que é viável implantar empreendimentos com impacto líquido positivo ao capital natural e à sociedade, antecipando soluções e planejando melhor a mitigação e a compensação pelos danos provocados. Não esperamos menos do que uma abordagem regional, integradora, respaldada por políticas e práticas para a gestão do uso da terra, e de respeito aos povos indígenas e às comunidades tradicionais. Mais do que construir visões, pensaremos em ações pragmáticas e positivas que gerem valor compartilhado. O desenvolvimento só é aceitável se acompanhado pela gestão de recursos hídricos, de unidades de conservação e pelo uso sustentável da floresta. E só é verdadeiro se gera emprego, amplia a renda e a equidade social, com conversão de habitat zero,

sem destruir ambientes e culturas. O amanhã da Amazônia é hoje, e o hoje precisa ser melhor do que ontem. Sim, é possível!

Sérgio Rial é presidente do Santander Brasil; Joe Keenan é vice-presidente da The Nature Conservancy para a América Latina

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Célia Froufe

Título: Estrangeiro pode ter cota na privatização da Eletrobrás

Ministro de Minas disse que tema está sendo estudado para evitar que estatal fique nas mãos de outros países

O **ministro de Minas e Energia Fernando Coelho Filho**, reforçou ontem que a intenção do governo ao privatizar a Eletrobrás é a de manter as ações da companhia de forma pulverizada. Para evitar que a estatal fique concentrada na mão de estrangeiros, um dos temas estudados pelo governo atualmente é o de criar uma cota para a aquisição de parte da empresa. “Estamos pensando em limitar com um percentual de participação máxima”, disse ao Broadcast o ministro. O formato final de como será a operação deverá ser conhecido até, no máximo, dia 20, de acordo com ele. Coelho Filho esteve em Pequim até a noite de ontem, onde participou de eventos ligados a um road show promovido pelo governo brasileiro para atrair investimentos chineses para o País.

Ele negou que o governo estaria entregando a Eletrobrás “de bandeja” para os chineses. Esse movimento todo em torno da estatal, segundo ele, é justamente para não entregar a operação diretamente para um país específico. “Se pegarmos as usinas que estão cotizadas e levarmos a leilão, quem vai ficar com elas certamente será um grupo estrangeiro, mas se a Eletrobrás ficar com elas, é para isso que estamos trabalhando, os estrangeiros podem até ter um pedaço da empresa, mas o governo vai ser um dos grandes acionistas. A movimentação é para proteger do capital estrangeiro”, disse. O governo pretender dar à estatal o direito de ficar com as usinas. Para exercer o direito, terá de pagar ao governo uma outorga.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: André Borges

Título: Nos rincões do Brasil, o apagão do Luz para Todos

Reportagem Especial - ‘Alguns sem luz’

Com restrições no Orçamento, programa criado para iluminar todas as casas do País gastou apenas 21% do R\$ 1,2 bilhão previsto para este ano em novas ligações.

Da porta de casa para fora, dona Luzia Alves de Souza enxerga as promessas do progresso. A poucos quilômetros do terreno onde vive com o marido Celso Silva Guimarães, no interior de Crixás do Tocantins (TO), as terras já foram rasgadas pelos trilhos da Ferrovia Norte-Sul, a “revolução logística” que vai mudar a cara do País. Quando olha para o céu, dona Luzia vê os imensos cabos da linha de transmissão de Belo Monte, a rede amazônica que saiu do Xingu para cortar as beiras de sua chácara e seguir rumo ao Sudeste para iluminar “os grandes mercados consumidores”. Da porta de casa para dentro, porém, dona Luiza volta para o início do século 19. Sem luz. Há cerca de dez anos, a família de agricultores aguarda a chegada da energia elétrica.

Sem ânimo, a lavradora aposentada repete o que já virou uma ladainha entre as milhares de pessoas que vivem nessa parte central do Tocantins, no peito do Brasil, dando conta de que, após anos de cadastros preenchidos e espera pela luz, nada ocorreu. “O que vi por aqui foi muita gente desistir e ir embora. A vida no escuro é difícil, o senhor não faz ideia”, diz dona Luzia. A promessa mais recente de que a energia chegará foi renovada há duas semanas, com a visita da empresa elétrica responsável pelas instalações na região. Passaram pelas ruas e casas, falaram com os moradores, mediram distâncias e foram embora. Luzia duvida. O ritmo que as ligações do Programa Luz Para Todos passaram a ter neste ano sugere uma boa chance de nova frustração.

Os cortes generalizados feito no Orçamento federal atingiram em cheio o programa social criado em 2003, com o propósito de levar luz para os rincões do País. Previa-se que R\$ 1,172 bilhão seria injetado em novas ligações de luz neste ano. Só no Tocantins, uma lista de 34 municípios foi anunciada em março, com previsão de que 6 mil propriedades rurais do Estado receberiam energia. Os projetos, porém, ficaram quase que paralisados no primeiro semestre em todo o País. Entre janeiro e maio, apurou o Estado, somente R\$ 75,9 milhões foram de fato investidos no programa em ações nacionais, o equivalente a apenas 6,5% do previsto para 2017.

Os desembolsos aumentaram entre junho e julho, diz o Ministério de Minas e Energia, e chegaram a R\$ 252 milhões. Ainda assim, trata-se de 21% do orçamento anual em sete meses de execução. Dificuldade. Sem energia, o agricultor Márcio Rodrigo, 33 anos, tem encarado todo tipo de dificuldade para tocar uma plantação de melancia nos fundos de sua casa, na Associação Boa Sorte, uma agrovila financiada pelo Banco do Brasil dez anos atrás, nos arredores de Crixás. Um total de 34 famílias vive na área da associação: “É uma agonia. Temos uma caixa d’água já instalada, mas a bomba não pode mandar a

água porque não tem energia. Dependemos dos poços artesianos. Já perdi muita plantação por falta d'água, mas a gente espera que isso mude logo.”

Entre os cidadãos crixenses ameaçados pela falta de dinheiro do Luz Para Todos estão até mesmo famílias de políticos locais. A aposentada Jaci Guilherme da Costa, de 57 anos, diz que nunca viveu numa casa com energia, mas hoje deposita suas esperanças nas articulações do filho, Valmir Guilherme da Costa, de 27 anos, o “Valmir da Saúde”. Nas eleições de 2016 realizadas no município de 1,8 mil habitantes, Valmir foi eleito para uma cadeira da Câmara ao receber 75 votos. Apesar de carregar a “saúde” no nome, o vereador tem sido reconhecido na região pelas tentativas de trazer a eletricidade para Crixás do Tocantins. “Passei toda minha vida morando em casa sem energia, mas tenho fé que isso vai mudar agora”, diz dona Jaci, que guarda carnes fritas em uma lata com banha de porco para não perder o alimento. “Sempre foi assim. A gente tem que conservar as coisas do jeito que puder.”

Criado em novembro de 2003 por meio de um decreto, o Luz Para Todos já atendeu 3,359 milhões de famílias – cerca de 16,1 milhões de pessoas que vivem no meio rural em todo País. No fim de 2014, o programa foi prorrogado até dezembro de 2018. Até o mês passado, recebeu um total de R\$ 23 bilhões em recursos. “Falta atender a gente”, diz o secretário de agricultura de Crixás, Eduardo Munhoz, que não sabe explicar por que as ligações de energia têm demorado tanto. “A informação do que está acontecendo a gente não tem. O jeito é esperar. Infelizmente, não conseguimos resolver com recursos próprios.”

LINHÃO LEVA PARA LONGE LUZ QUE REGIÃO NÃO TEM

A energia ainda não circula entre os interruptores das casas da zona rural de municípios tocantinenses como Abreulândia, Crixás, Dueré, Figueirópolis e Santa Rita do Tocantins. Cada uma dessas cidades, porém, já teve a paisagem do cerrado invadida por torres imensas de linhas de transmissão. Os cabos reluzentes, ainda sem uso, foram instalados meses atrás, quando um grupo chinês se embrenhou na região para erguer parte da linha de 2,1 mil km de Belo Monte, rede que vai ligar Vitória do Xingu, no Pará, a Ibiraci, em Minas Gerais. Como o plano de construção da rede é passar direto pelos Estados do traçado, levando energia ao Sudeste, nenhum watt das turbinas de Belo Monte vai descer até as casas da região quando a linha for acionada, no início de 2018.

“A gente fica olhando isso, sem conseguir entender. É muito descaso do poder público”, diz Regina da Silva Pereira, moradora de Crixás que, quando anoitece, tem recorrido à bateria do carro para levar alguma luz para dentro de casa. Pelo interior da escura Crixás e de outros 21 municípios de Tocantins, passa a linha de transmissão mais moderna do Brasil, com uma tecnologia inédita que será usada pelo setor elétrico. Os especialistas dizem que o maior benefício da rede

de “ultra-alta tensão”, de 800 kilovolts (kv), é fazer o transporte de energia com o menor volume de perda possível. O entusiasmo que marcou o início do projeto em 2015 trouxe o primeiro ministro da China, Li Keqiang, ao País para lançar “a pedra fundamental de uma das maiores obras do Brasil para ampliar o sistema elétrico”, com investimentos de cerca de R\$ 5 bilhões.

Para que essa energia de Belo Monte chegue um dia às casas do interior de Tocantins, será preciso que, antes, passe por cima delas e siga direto para o Sudeste. Só lá será despejada no sistema nacional de transmissão, retornando para o interior do Estado por meio de redes de menor porte. “Uma hora ela chega para nós. Tem de chegar”, diz o agricultor Manoel Ferreira da Cruz, de 56 anos, ao lado da mulher, Maria de Fátima, indignada com a demora da eletricidade. “O pessoal vai lá e fala que este ano vem a energia. E nada. A gente está precisando mesmo, moço, porque o trem tá feio.”

GOVERNO ADMITE REDUÇÃO

O Ministério de Minas e Energia (MME) admitiu que os cortes federais atingiram os valores que seriam destinados para o programa Luz Para Todos neste ano. Questionado sobre a baixa execução verificada no primeiro semestre, a pasta declarou, por meio de nota, que “a execução orçamentária do Luz para Todos em 2017 será reduzida em 16,8%”. Segundo o MME, no entanto, o ritmo da execução orçamentária ocorre conforme o avanço físico das obras e, em sua avaliação, “está de acordo com o cronograma de 2017”. O ministério declarou que contratações de empresas responsáveis pelas ligações não serão suspensas, mas que, “em função da revisão orçamentária, alguns contratos serão firmados este ano e a primeira liberação ocorrerá no início de 2018”.

Sobre a meta de ligações em todo o País, o MME afirmou que a previsão é atender 41.391 famílias no meio rural em 2017. A empresa Energisa, responsável pelas ligações do Luz Para Todos desde 2014 em Tocantins, declarou que o programa está em sua sexta e última fase de execução e que o contrato dessa etapa assinado em julho, prevê o atendimento de 6.416 ligações até setembro de 2018. Desse total, segundo a empresa, 1.916 novas ligações serão feitas neste ano, nos 34 municípios contemplados pelo programa. As demais 4,5 mil ligações serão realizadas no ano que vem, atendendo cerca de 25 mil habitantes em todo o Tocantins.

Sobre as queixas dos moradores em relação aos atrasos nas ligações, a Energisa afirmou que assumiu a distribuidora do Tocantins somente em 2014 e que, desde então, tem cumprido o cronograma estabelecido pela Aneel. “Em 2016, por exemplo, a empresa finalizou, no prazo, o cronograma da quinta etapa. Entre 2014 e 2016, atendeu a cerca de 8 mil clientes dentro do Luz Para Todos”, informou. Sobre as queixas concentradas em Crixás, a empresa declarou que

uma resolução de 2015 definiu que o atendimento da região deve ser feito até dezembro de 2018, mas que será concluído em setembro. “A Energisa está empenhando todos os esforços no cumprimento do cronograma do Luz Para Todos no Estado e manterá os trabalhos nesse ritmo até o fim do programa.”

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Notas & Informações

Autor:

Título: O avanço da privatização

Foi preciso que a grave crise fiscal gerada pela irresponsabilidade das administrações lulopetistas compromettesse de tal modo a capacidade dos governos estaduais e municipais de pagar em dia seus compromissos, inclusive os vencimentos do funcionalismo, para que seus responsáveis se convencessem da necessidade de transferir para a iniciativa privada a gestão de empresas e serviços, em geral administrados de acordo com critérios políticos. Seguindo o exemplo do governo federal – que há pouco anunciou a transferência de 57 ativos para a iniciativa privada –, Estados e municípios tentam atenuar sua crise financeira por meio da privatização, como mostrou reportagem do Estado.

A privatização ou a concessão para o setor privado eram indispensáveis para dar a empresas e serviços geridos por Estados e prefeituras a racionalidade administrativa, a eficiência operacional e a redução dos custos que resultam em ganhos para usuários e contribuintes. A criminosa utilização das estatais federais na era petista, que vem sendo exposta pela Operação Lava Jato, dá ideia de como uma administração inescrupulosa pode enriquecer políticos, partidos, funcionários públicos e dirigentes de empresas privadas à custa de recursos públicos e da capacidade operacional dessas empresas. A privatização, entre outros efeitos, reduz de maneira substancial o espaço para esse tipo de crime.

Mas era forte a resistência política a essas medidas, pois as estatais de todos os níveis – federal, estadual e municipal – têm sido fartamente utilizadas para barganhas políticas na constituição de suas equipes de direção e gerenciamento. As imensas dificuldades financeiras de Estados e prefeituras – que atrasam ou parcelam o pagamento de salários e suspendem outros – estão rompendo a resistência. Levantamento feito pelo Estado indica que a nova onda de privatizações, envolvendo governos estaduais e prefeituras, pode alcançar R\$ 80 bilhões, um valor sem dúvida expressivo para cofres públicos hoje exauridos. O cálculo inclui apenas a venda de empresas e serviços ligados a energia elétrica, gás natural, saneamento básico e iluminação pública.

Há investidores interessados nessas atividades, entre eles grandes grupos estrangeiros, além de empreendedores nacionais em busca de oportunidades na área de infraestrutura. Entre os ativos a serem privatizados, alguns despertam interesse maior, porque a modelagem está mais avançada ou porque pertencem a setores em que a presença do capital privado já está consolidada. É o caso do setor de energia elétrica, que, nos cálculos preliminares, deve absorver cerca de R\$ 30 bilhões do total de R\$ 80 bilhões. Entre os principais negócios no setor estão as privatizações de ativos da Companhia Energética de Brasília (CEB), da Companhia Estadual da Energia Elétrica (CEEE) do Rio Grande do Sul e da Companhia Energética de São Paulo (Cesp). É grande também o potencial de negócios no setor de saneamento básico. Estima-se que os principais negócios cujos projetos estão em andamento podem render R\$ 35 bilhões.

A concretização dessas operações de privatização depende, porém, da superação de vários obstáculos. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) vem prestando assessoria técnica a governos estaduais e prefeituras que pretendem privatizar seus serviços nessa área. O programa do BNDES teve a adesão de 15 Estados; 11 projetos estão na fase de contratação de consultores. Na grande maioria dos municípios, porém, embora seja dramática a carência de serviços de saneamento básico, não há nem esboço de projeto de implantação ou expansão desses serviços, por falta de capacidade técnica das prefeituras. Há oportunidades também nas áreas de distribuição de gás e de iluminação pública. No entanto, é preciso observar que, se todos os programas tiverem êxito, isso apenas aliviará a crise fiscal de Estados e municípios. A reforma profunda da estrutura de despesas do setor público continuará sendo indispensável.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Luciana Dyniewicz

Título: Com venda de ativos, Vale e Petrobrás são destaque

Em um ano, dívida líquida da petroleira registrou queda de 11,15%, enquanto o indicador da mineradora recuou 17,5%

Entre as empresas que reduziram a dívida líquida entre junho de 2016 e junho deste ano se destacam duas gigantes brasileiras – Vale e Petrobrás. Pressionadas por um alto grau de alavancagem, ambas vêm se desfazendo de ativos para gerar caixa e aliviar a dívida. O resultado desse movimento foi uma retração de 11,15% na dívida líquida da petroleira e de 17,5% na da mineradora, segundo dados da Economática. A Petrobrás, por exemplo, vendeu sua participação no campo de Carcará, no pré-sal da Bacia de Santos, para a

norueguesa Statoil por US\$ 2,5 bilhões. No fim de junho, a companhia brasileira somava R\$ 295,3 bilhões em dívida. Na Vale, uma das operações de maior porte foi a venda de ativos de fertilizantes para a Mosaic por – também – US\$ 2,5 bilhões.

A empresa, que encerrou o segundo trimestre deste ano com US\$ 22,1 bilhões de dívida líquida, pretende continuar realizando desinvestimentos nos próximos meses em uma tentativa de atingir a meta de dívida de US\$ 15 bilhões a US\$ 17 bilhões. Segundo a diretora de tesouraria e finanças corporativas da Vale, Sonia Zagury, além da comercialização de ativos, uma melhora no mercado e o fim de um ciclo de grandes investimentos também favoreceram a situação de caixa da empresa e, consequentemente, a queda da dívida líquida. “A melhora da situação da China e dos preços de minério tem ajudado na velocidade da redução da dívida”, afirmou Sonia, por e-mail, ao Estado. Ao contrário da Vale, a maioria das empresas brasileiras não tem contado com a ajuda de fatores externos para alavancar o caixa e reduzir a dívida.

De acordo com Renato Carvalho Franco, sócio da Íntegra, de reestruturação de empresas, a redução do passivo das companhias tem vindo da comercialização de ativos, do freio nos investimentos para manter capital em caixa e no corte de custos. “O ideal para reduzir dívida é gerar caixa, mas as empresas não estão conseguindo isso. Elas têm diminuído investimentos para pagar bancos”. O diretor geral da reestruturadora de empresas Alvarez & Marsal no Brasil, Marcelo Gomes, também acredita que apenas a geração de caixa pode melhorar definitivamente o nível de dívida das empresas. “Para isso, é preciso que a economia comece a se recuperar, mas já iniciamos esse processo.” Fatores como inflação e juros em queda também começam a ajudar as companhias. “Mas o impacto deles é lento.” Procurada, a Petrobrás não retornou os pedidos de entrevista.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Política

Autor: Simone Kafruni

Título: R\$ 2 milhões para festa na Esplanada

Em meio ao imbróglio político, as contas públicas continuam em frangalhos e o governo federal não poupou recursos para a tradicional festa de Sete de Setembro na Esplanada dos Ministérios. O valor estimado a ser pago pela Presidência da República à empresa contratada para organizar o desfile e atender os convidados é de quase R\$ 2 milhões. A despeito dos desfiles militares, a tesouraria atingiu em cheio o Ministério da Defesa, com impacto nos projetos estratégicos das Forças Armadas.

O contingenciamento travou 43% dos recursos da pasta em relação à previsão inicial, mas, para a festa, há dinheiro. Não à toa, pesquisa da Ong Contas Abertas revela que apenas a Presidência e o **Ministério de Minas de Energia** tiveram aumento nas despesas discricionárias no primeiro semestre deste ano em relação a igual período de 2016, de 9,3% e 1,4%, respectivamente. Os demais órgãos sofreram cortes.

O valor previsto para o Ministério da Defesa na Lei Orçamentária Anual de 2017 é de R\$ 92,3 bilhões, dos quais R\$ 9,4 bilhões se referem a investimentos, sendo R\$ 6,4 bilhões do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e R\$ 5,7 bilhões para custeio. “Para o PAC, há um contingenciamento de R\$ 3,1 bilhões. A restrição para os demais programas e custeio é de R\$ 3,5 bilhões, considerado o contingenciamento adicional ocorrido em julho”, informa a assessoria do ministério.

Na opinião de Raul Velloso, especialista em contas públicas, mesmo que o gasto com a festa não seja tão expressivo diante do rombo fiscal, o governo deveria fazer ajustes. “Como a situação é de penúria, é preciso buscar soluções baratas para tudo. Algum esforço deve ter”, avalia. O professor de Administração Pública José Matias-Pereira compartilha da opinião. “O governo tem de dar bons exemplos, inclusive, nas pequenas coisas. Se estamos em crise, a economia vale para todos”, afirma. “O problema é sério nas contas públicas. É fundamental que o governo feche todas as torneiras, as pequenas, médias e as grandes, porque é a soma disso tudo que levou ao deficit projetado de R\$ 159 bilhões”, acrescenta Matias-Pereira.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Rodrigo Polito e Daniel Rittner | Do Rio e de Brasília

Título: Europeus e chineses mostram interesse pelo setor elétrico

Diferentemente dos últimos grandes movimentos de aquisições no setor elétrico, protagonizado por companhias chinesas, basicamente State Grid e CTG, o processo em curso de privatizações no segmento deverá ter participação ativa de tradicionais companhias energéticas europeias, como a italiana Enel, a francesa Engie e a espanhola Iberdrola. Parte dessa diversificação de potenciais interessados é explicada, segundo especialistas, por uma melhora da expectativa do cenário econômico brasileiro e principalmente do ambiente regulatório do país.

"A recente incorporação da Elektro pela Neoenergia mostra o compromisso da Iberdrola de se estabelecer ainda mais no país", afirma o advogado Maurício Santos, especialista em infraestrutura, petróleo e gás, energia e relações governamentais do escritório Souza Cescon.

A leitura é que há negócios suficientes para todos. O processo de privatizações no setor elétrico envolve mais de 20 gigawatts (GW) de capacidade de projetos que podem ser vendidos - volume equivalente a quase 14% do parque gerador total do país ou a quase duas usinas do porte de Belo Monte, no Pará - além de um grupo de ativos de transmissão da Eletrobras.

No foco das empresas de energia privadas estão ativos operacionais (usinas e linhas de transmissão), além de distribuidoras de energia. Nesse caso, estão incluídas as seis distribuidoras do Norte e Nordeste que a Eletrobras planeja privatizar até o fim do ano e a elétrica fluminense Light, responsável pelo fornecimento de energia para a região metropolitana do Rio de Janeiro.

Um dos principais cotados a fazer proposta pelas distribuidoras da Eletrobras é a Equatorial Energia, especializado em recuperar distribuidoras problemáticas. Já para a Light espera-se uma concorrência mais acirrada. Mas o principal candidato é a Enel, pelo potencial de sinergia, já que a empresa é dona da distribuidora situada ao lado da Light, a Enel Distribuição Rio (antiga Ampla Energia), que abastece parte da região metropolitana, a Baixa Fluminense e o interior do Estado. Vale lembrar que a Enel venceu no ano passado o leilão de privatização da Celg, distribuidora goiana que pertencia à Eletrobras e ao governo de Goiás.

Questionado sobre o interesse na Light, Carlo Zorzoli, presidente da Enel, afirmou que a empresa olha todas as oportunidades no mercado, sem comentar casos específicos. Segundo ele, mais importante do que o perfil do ativo são as condições para a sua venda.

No caso da pulverização das ações da Eletrobras, apesar da repercussão positiva do mercado, especialistas avaliam que o processo está conturbado e confuso. O governo pretende anunciar em setembro a modelagem do negócio. "O governo anuncia muitas coisas em intervalos curtos, gerando notícias positivas, mas de difícil concretização", disse fonte do setor.

Para as distribuidoras da Eletrobras, a preocupação é com relação ao prazo até o fim do ano dado pelo conselho de administração da estatal. Isso porque, no caso da Amazonas Distribuidora de Energia, ela precisa equacionar a dívida em aberto com a BR Distribuidora pela compra de combustíveis para geração de energia.

Outro motivo de preocupação com relação às privatizações é o leilão de quatro hidrelétricas da Cemig cujas concessões se encerraram, marcado para 27 deste mês. O negócio é complexo e carrega risco jurídico significativo, porque a Cemig busca na Justiça o direito de renovar a concessão de três dessas usinas, enquanto, em paralelo, tenta solução com a União para manter o controle desses ativos.

Embora passe a encarar concorrentes de outras nacionalidades, os chineses devem ter forte presença nos leilões. A State Power Investment Corporation (SPIC) foi escolhida entre as chinesas para entrar no leilão das quatro usinas hoje operadas pela Cemig.

Outra chinesa, a China Three Gorges (CTG), que arrematou as usinas paulistas de Jupiá e Ilha Solteira em 2015, e o grupo CPFL (hoje controlado pela State Grid) manifestaram interesse firme em ficar com as hidrelétricas. Um assessor da presidência da república procurado pelas empresas lembra, no entanto, que as chinesas raramente competem entre si. De acordo com ele, a SPIC foi designada para a disputa, se o leilão for mantido.

No caso das linhas de transmissão de energia, onde a State Grid já foi destaque em leilões anteriores, a expectativa é ter novamente presença maciça dos chineses. No último leilão, em abril, 31 dos 35 lotes foram arrematados e houve estreantes no setor. Isso deve se repetir na próxima licitação, no fim do ano, conforme avaliam autoridades.

VEÍCULO:	Valor Econômico
Seção:	Empresas
Autor:	
Título:	Destaques

Siderúrgicas valorizadas

A alta de 6% nos futuros de aço na China na sexta-feira, o êxito na aplicação dos aumentos anunciados recentemente pelas siderúrgicas brasileiras e a expectativa de que os contratos anuais de fornecimento de aço plano às montadoras tenham reajuste de dois dígitos levaram otimismo aos investidores e impulsionam as ações de siderúrgicas na B3. No fechamento do pregão, os papéis PN de Usiminas avançaram 10,30%, negociados a R\$ 7,60. As ações da CSN subiam 6,67%, a R\$ 9,27 e as PNs de Gerdau tiveram alta de 6,24%, para R\$ 12,69.

Aneel autorização geração

A Aneel autorizou na sexta-feira a operação de unidades geradoras que integram parques eólicos das empresas Enel Green Power, na Bahia, e da Omega Energia, no Maranhão. A decisão foi tomada pela Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Geração da agência. A autorização da Aneel permitiu o acionamento de sete turbinas de geração, com 2 megawatts (MW) cada, totalizando 14 MW adicionais de potência, nos municípios baianos de Brumado e Dom Basílio. O empreendimento, denominado EOL Cristalândia I, pertence à Enel. Dois grupos de 15 turbinas, totalizando 60 MW de capacidade, serão acionadas nos complexos de geração EOL Cristalândia II e EOL Cristalândia III. Os dois projetos, da Enel, estão localizados no município de Brumado, na Bahia. Outras 12 turbinas de 2,3 MW cada, totalizando 27,6 MW de potência, vão começar a gerar energia na cidade de Barreirinhas, no Maranhão. Trata-se do projeto EOL Delta 3 I, da Omega Energia. Empresa também teve esse mesmo volume de capacidade de geração e turbinas liberadas para início de operação na usina eólica EOL Delta 3 III, no mesmo município.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Stella Fontes | De São Paulo

Título: Petrobras inicia venda da Braskem até o fim do ano

A Petrobras está trabalhando para iniciar o processo de venda de sua participação na Braskem ainda em 2017, apurou o **Valor**. Segundo fontes a par das negociações, a Odebrecht e a estatal, que são co-controladoras da petroquímica, têm avançado nas conversas acerca de um novo acordo de acionistas, fundamental para que a operação vá adiante, e estão comprometidas a chegar a um consenso até o fim do ano.

Entre as alternativas em estudo, existe a possibilidade de o novo acordo ser formalizado em duas etapas, modelo que agradaria sobretudo à Odebrecht. Num primeiro momento, antes da chegada de um ou mais novos sócios, o grupo privado cede determinados direitos que possam tornar mais atrativa a fatia da Petrobras. Mas os termos finais dependeriam de uma negociação entre a estatal, a Odebrecht e o investidor ou empresa já habilitado à compra da participação.

As duas controladoras informaram em meados de julho que deram início a tratativas para revisão do acordo, que no formato atual dificulta a chegada de um novo sócio. Na semana passada, o presidente da Petrobras, Pedro Parente, voltou a afirmar que a participação na Braskem somente será vendida após a revisão do documento e disse que receber um prêmio pelo controle é "muito importante".

Do lado da petroleira, comentou uma fonte, o plano é chegar até dezembro com essa definição e já ter um posicionamento do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre a operação. A fatia na Braskem está no pacote de desinvestimentos anunciado pela Petrobras, com objetivo de levantar US\$ 21 bilhões até o ano que vem via venda de ativos. Procurada, a Petrobras informou que não comentaria o assunto.

A Odebrecht detém 50,1% do capital votante da petroquímica, enquanto a Petrobras tem 47%. Mas, mesmo sendo co-controladoras, o acordo de acionistas em vigor garante mais direitos à Odebrecht que, por exemplo, é responsável pela indicação do presidente do conselho de administração, além do diretor-presidente, do diretor financeiro e do diretor de investimentos e portfólio, com mandato de três anos.

Há ainda uma série de direitos garantidos ao sócio que não for vendedor de sua participação na petroquímica, que serão revistos. O **Valor** apurou que a Odebrecht já reconheceu a necessidade de rebalanceamento desses direitos e de que se alcance um acordo que dê conforto à Petrobras na saída. Considerando também as ações preferenciais, a participação da estatal é de 36% no capital total da Braskem (ante 38% do grupo privado). Essa fatia vale cerca de R\$ 10,8 bilhões, se tomadas como base as cotações dos papéis da petroquímica na B3, no fechamento de sexta-feira.

Ao mesmo tempo, a Odebrecht também quer estar confortável em sua posição no momento de chegada de um novo sócio. Daí a proposta de costura de um acordo de acionistas em duas etapas. O comprador da fatia da Petrobras já estaria informado, ao se habilitar à operação, que determinadas cláusulas do acordo seriam negociadas em conjunto, inclusive com possibilidade de alteração do preço final em favor da estatal.

O tamanho do prêmio de controle pretendido pela Petrobras é outro tema relevante na operação. No entendimento de uma fonte, a proposta de mudança de sede da Braskem do Brasil (Camaçari, BA) para os Estados Unidos, por si só, não resolveria essa questão. "A conversa agora é: como a Petrobras fará essa operação [de saída da Braskem]", disse.

Entre os modelos em estudo, e que seria num primeiro momento o que mais entusiasma a Petrobras, está a realização de uma oferta de ações na Bolsa de Nova York, com pulverização do capital da petroquímica. Há outras alternativas na mesa, todas com vistas a destravar valor da petroquímica, que é negociada em bolsa a múltiplos inferiores aos de suas pares internacionais.

Ainda não há definição sobre a operação que será levada adiante e se a Odebrecht venderá parte ou até mesmo a totalidade de suas ações na Braskem

junto com a estatal. Dentro do grupo ainda não haveria um debate estruturado sobre o rumo dos negócios após a Operação Lava-Jato, nem decisão final acerca da venda de ações da Braskem. Entre os bancos credores, porém, a percepção é a de que ao menos uma parte da petroquímica terá ser vendida, para garantir a saúde financeira da Odebrecht.

A assinatura de um novo contrato de fornecimento de nafta da Petrobras à Braskem, desta vez efetivamente de longo prazo, ainda não está em discussão. Inicialmente, a Odebrecht teria buscado vincular esse assunto à revisão do acordo de acionistas, mas a estatal estaria relutante em abrir tratativas neste momento. Na petroleira, o tema ainda afasta interlocutores - o contrato firmado em 2009 foi pivô da Lava-Jato -, mas é sabido que a garantia de fornecimento da principal matéria-prima da Braskem amplia seu valor.

Em teleconferência recentemente, o presidente da petroquímica, Fernando Musa, disse que um novo contrato de nafta será debatido com a Petrobras "no momento adequado". "O contrato foi renovado no fim de 2015 e acaba em 2020. Temos tempo, mas não pretendo deixar para a última hora", afirmou na época. Entre o início de 2014, quando a Petrobras renunciou ao contrato investigado, e o fim de 2015, quando finalmente houve novo acerto, o suprimento de nafta foi garantido por aditivos no máximo semestrais.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Opinião

Autor:

Título: Privatizações são mais que ajuste fiscal

A privatização da Eletrobras anunciada pelo governo não será apenas um meio de amealhar recursos extraordinários para fechar temporariamente as contas fiscais. Este será até um efeito menor, quando comparado com os benefícios de longo prazo que poderão resultar da transferência do controle da empresa para as mãos do setor privado.

Vamos lembrar que, durante os governos petistas, o setor elétrico foi vítima de uma série de experimentos que desestruturaram financeiramente as empresas do setor, incluindo a própria Eletrobras e suas subsidiárias, além de acarretarem prejuízos gigantescos para consumidores e contribuintes. O mais devastador desses experimentos, embora não o único, foi a Medida Provisória 579/2012, com a qual a "especialista" Dilma Rousseff, com o apoio entusiasmado da Fiesp, pretendeu baixar em 20% as tarifas pagas pelos consumidores. A referida medida levou a Eletrobras à situação de penúria e de quase falência, por ter promovido a renovação das concessões de geração e transmissão de maneira

irresponsável, à qual as empresas do grupo Eletrobras tiveram de aderir sob a ameaça de chicote.

Tais experimentos certamente teriam sido muito menos prováveis caso houvesse sido levado até o final o processo de privatização das empresas do setor ocorrido nos anos 1990 que, infelizmente, deixou de atingir algumas das principais empresas geradoras do país que se mantiveram sob o controle do setor público, como Furnas, Eletronorte e Chesf. Ficou a lição de que a existência de setores dominados por empresas estatais é tentação irresistível para experimentalismos mal ajambrados de governos de viés populista.

O loteamento político a que as estatais estão sujeitas permite a criação de esquemas bilionários de corrupção

Não fosse isso suficiente, a Lava-Jato vem descortinando outra razão para a não existência de estatais. O loteamento político a que estão sujeitas permite a criação de esquemas bilionários de corrupção. O setor elétrico, por exemplo, tem sido feudo de partidos políticos e servido como abastecedor de recursos para seus cofres e seus candidatos nos últimos anos, como revelam as investigações da Lava-Jato. Vale dizer, contudo, que os governos petistas apenas levaram às últimas consequências um vício já presente há décadas no relacionamento entre o Executivo e o Legislativo, no que tange à ocupação dos cargos de direção das estatais.

O anúncio da privatização da Eletrobras, obviamente, despertou a oposição de grupos que sempre se beneficiaram diretamente da sua condição de estatal, ainda que em detrimento do interesse do país. Segundo noticiou a jornalista Andréia Saddi, em seu blog no portal G1, lideranças políticas estariam manifestando ao Planalto sua insatisfação com a intenção de privatizar a Eletrobras e da Casa da Moeda, pois perderão cargos para os quais vem indicando apadrinhados políticos. O choro é compreensível, mas só faz reforçar a noção de que a privatização é um bom caminho.

Além desse tipo de crítica, a privatização da Eletrobras tem sido combatida com o pretexto de que a venda de seu controle atentaria contra a soberania nacional. Para tais críticos, o país perderia o controle do uso de suas águas. Bobagem. A privatização das empresas concessionárias não significa que o Estado abra mão da sua condição de regulador. Ao contrário, como a desastrosa experiência de Dilma mostrou, quando o Estado concentra em suas mãos simultaneamente os papéis de regulador do mercado e controlador das empresas concessionárias, o risco para a sociedade aumenta exponencialmente, pois se fica no pior de dois mundos: nem se tem um órgão regulador efetivo, nem se assegura a oferta sustentável de energia, pela ineficiência e loteamento político das estatais do setor. Não é por outra razão que os governos petistas se

esmeram em fragilizar as agências reguladoras, loteando seus cargos de direção e transferindo para a instância política decisões que deveriam ser técnicas.

Ainda no capítulo das privatizações, o anúncio da venda da Casa da Moeda também despertou críticas, embora se trate, no fundo, de apenas uma gráfica um pouco mais sofisticada que tem como principal cliente o Banco Central que lhe compra papel pintado, quase sempre mais caro do que pagaria se encomendasse no exterior. Há muito tempo, com alguns interregnos de exceção, a empresa serve de abrigo para indicações políticas que frequentemente lhe envolvem em escândalos. Não há nada de estratégico na manutenção do controle da Casa da Moeda pelo governo até porque, em breve, provavelmente o papel-moeda será coisa do passado, substituído pelas moedas digitais.

Dessa maneira, as privatizações anunciadas, assim como o programa de concessões, podem representar um legado importante do governo Temer ao Brasil, ao lado de reformas importantes como a trabalhista, a criação da TLP, o teto de gastos, além da recuperação da Petrobras. Não será pouco, num país que, até o "impeachment" de Dilma, vinha numa marcha batida rumo ao colapso econômico. Mas, estará longe de ser suficiente. O fantasma da crise fiscal continuará nos assombrando até que o Congresso Nacional se decida a aprovar medidas estruturais de fundo, como a reforma da Previdência Social.

Gustavo Loyola, doutor em economia pela EPGE/FGV, foi presidente do Banco Central e é sócio-diretor da Tendências Consultoria Integrada, em São Paulo. Escreve mensalmente às segundas-feiras. gloyola@tendencias.com.br

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor:

Título: Curtas

Âmbar perde liminar

O juiz Luiz Eduardo de Castro Neves, da 21ª Vara Cível do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, revogou na sexta-feira liminar que havia concedido dois dias antes e que determinava que a Petrobras restabelecesse o fornecimento de gás natural para a termelétrica da Âmbar Energia em Cuiabá (MT). O magistrado explicou que a Petrobras apresentou documentos que comprovam a ausência de urgência da situação que havia justificado a concessão da liminar na quarta-feira. Na ocasião, a decisão do juiz foi baseada no fundamento de que a interrupção de fornecimento da usina iria gerar prejuízos a população.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Finanças****Autor: Daniel Rittner | De Brasília****Título: Empresas estatais vão ter ranking de governança**

As empresas controladas diretamente pela União serão divididas em quatro níveis diferentes de transparência, conforme o índice de aderência à Lei de Responsabilidade das Estatais. Trata-se de uma tentativa do governo de fomentar a concorrência entre elas na busca por melhores práticas.

Criado pelo Ministério do Planejamento, o indicador de governança corporativa com promessa de atualização trimestral medirá o grau de atendimento das estatais à Lei 13.303, sancionada em junho de 2016. A nova legislação estabelece critérios para nomear dirigentes e conselheiros, aperfeiçoa regras de controle interno, exige a publicação de demonstrações financeiras trimestrais e determina a fixação de metas de desempenho, entre outras inovação. Algumas têm prazo de implementação até junho de 2018.

Ao todo, 45 itens serão analisados. Os questionamentos já foram encaminhados às estatais. Elas precisam devolvê-los até o dia 15. Não basta responder sim ou não, mas anexar comprovantes ou atas de deliberações. A divulgação dos resultados está prevista para a primeira quinzena de novembro.

Se possuem ou não remuneração variável para diretores vinculada a metas, se os auditores internos reportam diretamente seus achados ao conselho de administração, se publicam ou não balancetes trimestrais são algumas das perguntas. Com base nisso, 48 empresas em que a União tem controle direto - como Petrobras, Eletrobras, Banco do Brasil, Correios e Infraero - serão classificadas com nível 1 a 4 de governança.

Para o secretário de coordenação e governança das empresas estatais, Fernando Ribeiro Soares, esse sistema de classificação tem dois benefícios diretos. Um é permitir às companhias verificar o próprio percentual de atendimento aos requisitos da lei. Outro é propiciar uma avaliação comparativa em relação às demais estatais, gerando uma concorrência saudável em busca de melhores práticas.

"Queremos fazer uma competição dentro da empresa e entre as empresas", diz Soares. Ele acredita que notas ruins vão gerar constrangimento para seus gestores, enquanto classificações positivas devem servir como um selo de qualidade, inclusive com potenciais repercussões como redução nos custos de captações.

"Se você está com nota baixa, isso provoca cobrança interna", prevê o secretário. "Imagine, por exemplo, o que acontecerá com as várias companhias docas. Elas certamente vão acabar competindo entre si para mostrar quem detém os melhores indicadores."

A Lei 13.303 ficou notória pelo trecho que restringe indicações políticas para diretorias das estatais. Mesmo com dúvidas que sempre emergem a respeito da real influência mantida pelos partidos em seus feudos tradicionais, Soares ressalta outros aspectos da legislação. O novo indicador de governança terá três dimensões: gestão, controle e auditoria; transparência das informações; e comitês, conselhos e diretoria. As empresas receberão notas de zero a dez.

Apesar do robusto pacote de privatização anunciado recentemente pelo presidente Michel Temer, ainda restam 151 companhias controladas pela União, lembra o secretário. Isso enfatiza a importância da boa gestão.

Na verdade, a lista de estatais diminuiu na sexta-feira, com a extinção da Alcântara Cyclone Space (ACS). Fruto de acordo entre Brasil e Ucrânia, a empresa pública binacional tinha como objetivo comercializar e lançar satélites usando foguetes ucranianos a partir da Base de Alcântara, no Maranhão. Sem viabilidade comercial, o projeto foi cancelado em 2015 pelo Brasil, mas seus diretores ainda vinham recebendo remuneração. Foram gastos mais de R\$ 500 milhões.

Se a Eletrobras realmente for privatizada, além de vendidas as seis distribuidoras de energia hoje administradas por ela, o número total de estatais poderá despencar.

MME / ASCOM .